

# Conselho Monetário adia para 2027 bloqueio de crédito rural a produtores com desmatamento

Category: BRASIL,GERAL,MEIO AMBIENTE

escrito por Maria Luiza | 15 de maio de 2026



O Conselho Monetário Nacional (CMN) adiou para 2027 o início de uma norma que pretende bloquear a concessão de crédito rural a fazendas com desmatamento. A decisão foi comunicada nesta terça-feira (12), após entidades do agronegócio pressionarem pela flexibilização.

MP abre inquérito para investigar desmatamento ilegal em Rurópolis e mira responsabilização por dano ambiental

A nova regra determina que os bancos verifiquem se houve corte de vegetação após 31 de julho de 2019 para conceder empréstimos a produtores com juros subsidiados pela União. A checagem será baseada em imagens de satélite do sistema Prodes, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), que mede a taxa anual de desmate no Brasil.

A norma havia entrado em vigor em 1º de abril, com prazos escalonados: inicialmente, apenas imóveis rurais com área superior a quatro módulos fiscais seriam fiscalizados, e propriedades com até quatro módulos fiscais passariam a ser monitoradas em 2027.

Agora, o CMN definiu que a exigência só começará a valer em 4 de janeiro de 2027, para imóveis maiores que 15 módulos fiscais. Fazendas com área entre 4 e 15 módulos fiscais deverão ser verificadas depois de 1º de julho de 2027, enquanto imóveis com até 4 módulos fiscais entrarão na regra em 3 de janeiro de 2028.

O Mapa (Ministério da Agricultura e Pecuária) disse, em nota, que o adiamento pretende assegurar a concessão de crédito rural aos produtores que estão em conformidade com a lei.

“A dilação do prazo conforme proposto nesse voto está associada não apenas à necessidade de preparação dos produtores rurais, mas também ao aprimoramento dos procedimentos operacionais dos diversos entes envolvidos no processo de regularização ambiental da propriedade rural”, afirmou a pasta.

Caso seja encontrado corte de vegetação, o proprietário deverá mostrar documentos que comprovem a autorização para a derrubada antes de obter o financiamento.

A norma do CMN, composto pelo Banco Central e pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento, foi parar na Justiça. No último dia 15, a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) havia aberto uma ação no STF (Supremo Tribunal Federal) para pedir a suspensão das regras.

“É uma vitória parcial, porque vai ser implementado no ano que vem”, disse Marcelo Bertoni, vice-presidente da CNA, em postagem nas redes sociais.

A ação da CNA dizia que a mudança é uma “medida presumida e antecipatória de culpa, permitindo que o produtor rural demonstre sua regularidade somente após penalizado”.

A Febraban (Federação Brasileira de Bancos) disse à Folha que a mudança nos prazos é um ajuste relevante para conduzir a implementação das regras e que o adiamento ajuda a acomodar os

procedimentos envolvidos na concessão do crédito.

“O setor permanece colaborando tecnicamente com as autoridades competentes e com as entidades representativas do crédito rural, em alinhamento às diretrizes regulatórias vigentes e ao fortalecimento da parceria entre o sistema financeiro e o produtor rural”, afirma, em nota.

Marta Salomon, especialista sênior em políticas climáticas do Instituto Talanoa, diz que a alteração tira força de um instrumento que poderia contribuir para reduzir o impacto ambiental da agropecuária, o setor econômico que mais contribui para as emissões brasileiras de gases-estufa.

“As exigências para concessão de crédito rural são um pilar importante no combate ao desmatamento”, diz. “Do ponto de vista de política climática, [o adiamento] é um tiro no pé.”

Gilberto Câmara, ex-diretor do Inpe de 2005 a 2012, afirma que as críticas do agro ao uso do sistema Prodes não se sustentam, já que a ferramenta foi desenhada para identificar onde ocorre o desmatamento e informar o país.

“Se a norma tivesse sido feita dois anos atrás, a chiadeira teria sido parecida e provavelmente também teria tido um adiamento”, diz o pesquisador. “O grande problema é que o agronegócio tem dificuldades em lidar com a proteção ambiental.”

Fonte: estadonet e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso  
15/05/2026/06:24:08

*O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal*

*Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:*

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

*Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: [folhadoprogresso.jornal@gmail.com](mailto:folhadoprogresso.jornal@gmail.com).*

**Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.**

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

*Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro)  
-Site: [www.folhadoprogresso.com.br](http://www.folhadoprogresso.com.br) e-mail: [folhadoprogresso.jornal@gmail.com](mailto:folhadoprogresso.jornal@gmail.com)/ou e-mail: [adeciopiran.blog@gmail.com](mailto:adeciopiran.blog@gmail.com)*

[Por que os criadores de conteúdo precisam humanizar o texto gerado por IA para manter o tráfego orgânico?](#)